

4 ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO 2ª CÂMARA CRIMINAL SESSÃO VIRTUAL  
REALIZADA NO INTERVALO DE 18/05/2023 A 25/05/2023 CONFLITO DE JURISDIÇÃO  
Nº 0807930-17.2022.8.10.0000 P. ORIGEM : 0809533-25.2022.8.10.0001  
SUSCITANTE : JUÍZO DA VARA ESPECIAL COLEGIADA DOS CRIMES ORGANIZADOS – MA  
SUSCITADO : JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS – MA RELATOR :  
DESEMBARGADOR Francisco RONALDO MACIEL Oliveira EMENTA PENAL. PROCESSUAL  
PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE JURISDIÇÃO. INQUÉRITO POLICIAL. ASSOCIAÇÃO  
CRIMINOSA E CONCUSSÃO. DENÚNCIA SUPERVENIENTE QUE DESCREVE A ATUAÇÃO  
ASSOCIADA DE APENAS TRÊS AGENTES. AUSÊNCIA DO REQUISITO NUMÉRICO DO ART.  
1º, § 1º, DA LEI Nº 12.850/2013. PROCEDÊNCIA DO CONFLITO PARA DECLARAR  
COMPETENTE O JUÍZO SUSCITADO. 1. Nos termos do art. 9º-A da LC nº 14/1991  
– com atual redação dada pela LC nº 240/2022 –, para que se evidencie a  
competência da Vara Especial Colegiada, devem ser preenchidos os  
requisitos necessários para que um determinado grupo criminoso seja  
enquadrado no conceito de organização criminosa, nos termos do art. 1º, §  
2º, da Lei nº 12.850/13, ou, ao menos, estar configurada a conexão entre a  
infração penal apurada e a prática daquele delito. 2. No caso, trata-se de  
inquérito policial instaurado para apurar a prática, em tese, dos crimes  
de associação criminosa e de concussão pelos investigados, que, junto com  
outros policiais civis e militares, teriam se associado com o fim de  
extorquir contraventores que atuam na exploração de jogos de azar. 3. Com  
o superveniente oferecimento de denúncia que descreve a atuação associada  
de somente três agentes, fica inviabilizada a configuração do crime de  
organização criminosa, uma vez que este, para seu aperfeiçoamento, exige a  
associação de, pelo menos, 4 (quatro) pessoas, nos termos do art. 1º, §  
2º, da Lei nº 12.850/13. 4. Não serve para a demonstração da conexão entre  
os delitos apurados e eventual organização criminosa a mera alusão  
genérica de que, com suas condutas, os denunciados objetivaram, em tese,  
“permitir a perpetuação das organizações criminosas voltadas à prática de  
jogos de azar na Capital de São Luís”, sem que demonstrada, de forma  
objetiva e concreta, a efetiva conexão com determinada organização  
criminosa. 5. Conflito negativo de jurisdição procedente para declarar  
competente o juízo suscitado (2ª Vara Criminal de São Luís). ACÓRDÃO  
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Conflito de Jurisdição, nº  
0807930-17.2022.8.10.0000, em que figuram como partes os retromencionados,  
ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Criminal do Tribunal  
de Justiça do Maranhão, por votação unânime, de acordo com o parecer da  
Procuradoria Geral de Justiça – PGJ, JULGAR PROCEDENTE o presente Conflito  
Negativo de Jurisdição, nos termos do voto do Desembargador Relator.  
Votaram os Senhores Desembargadores Francisco RONALDO MACIEL Oliveira  
(Presidente/relator), José Luiz Oliveira de Almeida (vogal) e Vicente de  
Paula Gomes de Castro (vogal). Funcionou pela Procuradoria-Geral de  
Justiça, a Dra. Regina Lúcia de Almeida Rocha. Sessão da 2ª Câmara  
Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão de realizada de 18 a  
25 de maio de 2023. São Luís, 25 de maio de 2023. Desembargador Francisco  
RONALDO MACIEL Oliveira RELATOR (ConfJurisd 0807930-17.2022.8.10.0000,  
Rel. Desembargador (a) FRANCISCO RONALDO MACIEL OLIVEIRA, 2ª CÂMARA  
CRIMINAL, DJe 31/05/2023)